

CONTRATO Nº 017/2022.

Contrato celebrado entre Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife-CTTU e a empresa Guardcar Ltda., que tem por objeto a prestação de serviço especializado de Remoção, Estadia e Liberação de Veículo ou parte deste, Autorização para Conserto ou Reparo de Veículo, Vistoria Técnica por motivo de infração e de realização hasta pública, na espécie leilão, nos termos a seguir.

A AUTARQUIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE URBANO DO RECIFE – CTTU, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei Municipal nº 18.291, de 30 de dezembro de 2016, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.846.103/0001-20, sediada na Av. Cruz Cabugá, 304, Santo Amaro, – Recife – PE, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, **TACIANA MARIA FERREIRA**, brasileira, solteira, engenheira, e por sua Gerente Geral Administrativa e Financeira, **ARISTÉIA JOSÉ DO NASCIMENTO VIÉGAS E SANTANA**, brasileira, casada, assistente social, ambas residentes e domiciliadas na cidade do Recife/PE, e pela empresa a Empresa **GUARDCAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.273.047/0001-12, com sede na Rodovia BR 101 Sul, nº. 1590, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes, CEP: 54.335-000, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sócio-Administrador, **FRANCISCO DE PAULA DOMINGUES PORTO FILHO**, brasileiro, casado, empresário,

residente e domiciliado na Cidade de Recife/PE, **firmam** o presente Contrato, o qual é regido pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com o que foi estabelecido no Processo Licitatório nº 002/2022, Inexigibilidade de Licitação nº 001/2022 e na proposta da contratada, que integram o presente ajuste, independentemente de transcrição, e pelas cláusulas enunciadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. É objeto do presente contrato a prestação de serviço especializado de Remoção, Estadia e Liberação de Veículo ou parte deste, Autorização para Conserto ou Reparo de Veículo, Vistoria Técnica por motivo de infração a legislação de trânsito (Lei nº 9.503/1997) ou a legislação municipal, por exemplo, abandonados nas vias públicas (Lei nº 18.438/2017) e demais normas aplicadas pela Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU, bem como a realização de hasta pública, na espécie leilão, para alienação dos veículos não retirados no prazo estabelecido na forma prevista nas legislações pertinentes, a ser prestado nos moldes estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 001/2022 e anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO.



2.1. O regime de que trata este contrato será o de execução indireta, empreitada por preço unitário, conforme Lei Municipal Nº 18.438/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES DAS TAXAS.

3.1 Os valores relativos à remoção e às diárias para o início da vigência do Contrato são as constantes na Lei Municipal Nº 18.438/2017, observando-se:

I. TABELA DE VALORES DAS TAXAS - TIPO DE SERVIÇO REALIZADO VALORES UNITÁRIO EM REAIS (R\$):

a) Serviço de Recolhimento:

a.1) Veículo Leve tipo A - ciclomotor, triciclo, quadriciclo, motocicleta, motoneta e congêneres - R\$ 113,96 (cento e treze reais, noventa e seis centavos);

a.2) Veículo Leve tipo B - Automóvel tipo passeio, caminhonete, camioneta, Kombi, reboque, semirreboque e congêneres - R\$ 153,22 (cento e cinquenta e três reais, vinte e dois centavos);

a.3) Veículo Leve tipo C - Micro-ônibus, vans e congêneres - R\$ 205,14 (duzentos e cinco reais, quatorze centavos);

a.4) Veículo Pesado - caminhão, ônibus, trator de rodas, trator de esteira ou trator misto e congênere - R\$ 283,65 (duzentos e oitenta e três reais, sessenta e cinco centavos);

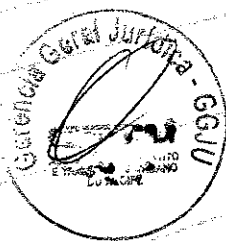
4.5) Carcaça de Veículos - R\$ 113,96 (cento e treze reais, noventa e seis centavos).

b) Serviço de Estadia:

b.1) Veículo Leve tipo A - ciclomotor, triciclo, quadriciclo, motocicleta, motoneta e congêneres R\$ 19,62 (dezenove reais, sessenta e dois centavos);

b.2) Veículo Leve tipo B - Automóvel tipo passeio, caminhonete, camioneta, Kombi, reboque, semirreboque e congêneres - R\$ 25,95 (vinte e cinco reais, noventa e cinco centavos);

b.2) Veículo Leve tipo C - Micro-ônibus, vans e congêneres - R\$ 29,13 (vinte e nove reais, treze centavos);



b.3) Veículo Pesado - caminhão, ônibus, trator de rodas, trator de esteira ou trator misto e congênere - R\$ 39,26 (trinta e nove reais, vinte e seis centavos);

b.4) Carcaça de veículo - R\$19,62 (dezenove reais, sessenta e dois centavos);

b.5) Serviço de Liberação de veículo, valor em reais(R\$) conferência de documentos e expedição de autorização para liberação - R\$ 52,55 (cinquenta e dois reais, cinquenta e cinco centavos);

Autorização para conserto ou Reparo de veículo, Valor em reais(R\$) Expedição de autorização para saída do veículo avariado do pátio R\$ 52,55 (cinquenta e dois reais, cinquenta e cinco centavos).

c) Serviço de Vistoria Técnica:

c.1) Vistoria de veículo após conserto/reparo - R\$ 75,98 (setenta e cinco reais, noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL.

4.1. O contrato terá o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite estabelecido no art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. O descredenciamento não implica na rescisão do contrato, devendo incidir as regras da Lei 8.666/93.

4.3. A Contratada deverá manter, durante a execução do termo de credenciamento, todas as condições para habilitação e qualificação exigidas no edital e seus anexos;

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

5.1. São conferidos à CONTRATADA os direitos relacionados no art. 59, § 2º do art. 79 e art. 109, da Lei nº 8.666/93.

5.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das constantes nos artigos 69, 70 e 71 da Lei nº 8.666/93, as seguintes:

I. No prazo de 20 dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA apresentará os documentos a seguir relacionados para verificação e aprovação da CONTRATANTE:

a) O layout das instalações no terreno, obedecendo às determinações da CONTRATANTE;



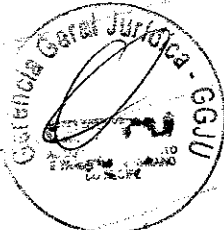
- b) Os modelos de uniformes a serem utilizados pelos membros de sua equipe operacional e administrativa;
 - c) Os modelos de guias, lacres e formulários que serão utilizados no serviço.
- II. No prazo de 45 dias após a data de assinatura deste contrato a CONTRATADA deve:
- a) Iniciar a prestação dos serviços contratados, com o pessoal administrativo e operacional, uniformizados e identificados com crachá constando a foto;
 - b) Entregar a relação dos veículos reboque, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV);
 - c) Apresentar os veículos reboque com a adesivagem determinada pela Autarquia;
- III. O horário de funcionamento dos serviços prestados são os seguintes:
- a) Guincho – 24 horas, todos os dias, nos locais determinados pela CONTRATANTE;
 - b) Atendimento e liberação de veículos:
 - b.1) De segunda-feira a sexta-feira – das 08 às 17 horas.
- IV. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- V. Cumprir a prestação do serviço na forma estabelecida neste instrumento e no termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

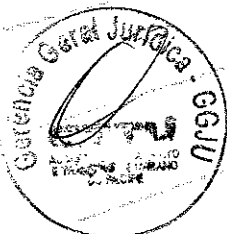
6.1. O regime jurídico deste Contrato confere à CONTRATANTE as prerrogativas relacionadas no Art. 58, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6.2. Constitui obrigação da CONTRATANTE, além da constante do art. 66, da Lei nº 8.666/93, e no instrumento convocatório, as seguintes:

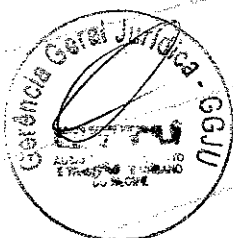
- I. A CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do ato convocatório.
- II. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



- III. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- IV. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- V. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- VI. Vistoriar o local do depósito e veículos apresentados pela CONTRATADA, autorizando o início da execução dos serviços por intermédio da expedição da Ordem de Serviço e Execução, concedendo prazo de 10 (dez) dias para adequação completa aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.
- VII. Emitir autorização para liberação dos veículos que se encontrem no depósito.
- VIII. Acionar a CONTRATADA sempre que se fizer necessária a prestação do serviço de recolhimento e guarda nas situações definidas neste instrumento e no Termo de Referência.
- IX. Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do prazo final do contrato, recolher do pátio da CONTRATADA e custodiar em local apropriado os veículos que eventualmente se encontrarem no pátio ao final do contrato.
- X. Designar um Gestor do Contrato que representará o órgão nas operações relacionadas ao serviço contratado, atuando junto à CONTRATADA e junto aos setores internos, para que os serviços sejam realizados com rapidez e segurança.
- XI. Indicar formalmente o Fiscal do contrato para acompanhamento e fiscalização da execução do serviço.
- XII. Solicitar à CONTRATADA o fiel cumprimento do objeto, inclusive quanto à especificação e prazo de execução.
- XIII. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- XIV. Fiscalizar e notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.



- XV. Fazer publicar em Diário Oficial, os extratos, contratos e seus eventuais aditamentos.
- XVI. Entregar a ordem de serviço, com a relação detalhada dos veículos a serem removidos e recolhidos ao pátio de leilão da CONTRATADA.
- XVII. Modificar unilateralmente, dentro das hipóteses da lei 8.666/93, as disposições regulamentares do serviço, para melhor adequação ao interesse público.
- XVIII. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários.
- XIX. Intervir na prestação do serviço, retomá-lo e extinguir o contrato, nos casos e nas condições previstos em Lei e no Contrato.
- XX. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- XXI. Fornecer à CONTRATADA os documentos e informações necessárias à adequada instrução de sua atividade.
- XXII. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- XXIII. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XXIV. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- XXV. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento e no Termo de Referência.
- XXVI. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos serviços, de acordo com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



- XXVII. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XXVIII. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- XXIX. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a) Realizar vistorias técnicas periódicas aos locais de prestação dos serviços, objetivando averiguar a qualidade da prestação dos serviços acompanhar o desenvolvimento das atividades;
 - b) Averiguar o cumprimento dos procedimentos e das obrigações assumidas;
 - c) Avaliar o cumprimento dos prazos, conforme estabelecido no Termo de Referência.
- XXX. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA E DO LEILOEIRO.

- 7.1. A empresa CONTRATADA será remunerada, de acordo com o serviço prestado, diretamente pelo proprietário do veículo.
- 7.2. A remuneração do leiloeiro será a taxa fixa de 5% (cinco por cento) prevista no Art. 24 do Decreto Federal 21.981/32, que deverá ser paga diretamente pelo arrematante ao leiloeiro, não sendo abatido do valor do lance.
- 7.3. A CONTRATANTE não arcará com a remuneração da empresa nem com a do Leiloeiro, em nenhuma hipótese sob o fundamento da Lei nº 18.438/2017 e do Decreto Federal mencionado no item anterior.
- 7.4. O leilão deverá ser realizado na forma presencial e "online" promovendo assim uma ampla participação, seguindo as disposições do art. 328 da Lei Federal nº 9.503/1997, alterado pela Lei Federal nº 13.460/2015.



7.5. A CONTRATADA deverá custear serviços de peritos veiculares para avaliar os veículos a serem leiloados e a Contratante, em face das avaliações, definirá os valores dos lances iniciais para o leilão na modalidade "maior oferta".

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE CHAMADA.

8.1. A relação das empresas credenciadas nos moldes estabelecidos no Termo de Referência será publicada no Diário Oficial do Município.

8.2. Quando ocorrer mais de uma empresa CONTRATADA para a prestação dos serviços, as atividades serão desenvolvidas simultaneamente, seguindo os critérios abaixo definidos:

8.3. Os serviços serão divididos, de forma simultânea, no momento das apreensões, as credenciadas serão chamadas para prestar o serviço correspondente. Na divisão de áreas e para toda operação realizada pela CONTRATANTE todas as empresas serão convocadas; obedecendo uma ordem de chamada.

8.4. As empresas atenderão em sistema de rodízio quinzenal as quatro áreas da região da cidade, sendo definido por sorteio o primeiro rodízio.

8.5. O gestor do contrato, em caso do não atendimento da empresa que deverá prestar o serviço na área, poderá acionar o reboque de outra credenciada.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1. A Gerência Geral de Operação e Fiscalização - GGOF exercerá, em nome da CONTRATANTE, a fiscalização da execução deste Contrato, e a ela os representantes da CONTRATADA deverão se reportar para dirimir qualquer dúvida relacionada à execução.

9.2. A GGOF deverá registrar, por escrito, todas as ocorrências relacionadas à execução deste Contrato, exigindo a imediata correção, pela CONTRATADA, das falhas ou imperfeições constatadas.

9.3. Controle Da Execução:

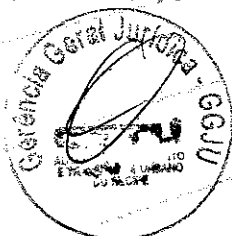
- I. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos fornecimentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- II. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.



- III. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e, na ocorrência desta, não implica em Co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- IV. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Atribuições do Fiscal:

- I. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e/ou serviços prestados;
- II. Conferir os dados das faturas antes de atestá-los, solicitando, por escrito, as correções devidas;
- III. Encaminhar nota fiscal/fatura ao gestor contratual para que seja providenciado o pagamento pelo setor competente;
- IV. Registrar em local próprio as ocorrências relativas à execução contratual, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências que ultrapassem a sua competência;
- V. Notificar à empresa Contratada quando necessário;
- VI. Manter cópia dos documentos relacionados abaixo para dirimir quaisquer dúvidas sobre a execução contratual:
 - a) Instrumento contratual;
 - b) Termos aditivos e de apostilamentos existentes;
 - c) Termo de Referência;
 - d) Edital de licitação e respectivos anexos;
 - e) Proposta de preços com os valores finais licitados;



- f) Faturas recebidas e os devidos atestos;
- g) E toda correspondência enviada à empresa contratada.
- h) Acompanhar o prazo de vigência e o saldo financeiro dos contratos;
- i) Informar aos seus superiores, por escrito e devidamente registrado em local próprio, o descumprimento das cláusulas contratuais e edilícias por parte da empresa contratada;
- j) Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos praticados no curso da execução contratual, agindo com transparência e probidade no desempenho de suas atividades.

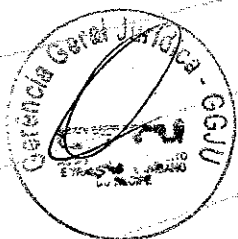
9.5. Atribuições do Gestor Contratual:

- I. Zelar pela observância dos termos constantes do edital, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade do objeto contratual e o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II. Coordenar a atividade do fiscal do contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III. Manter registro de todas as ocorrências, em conjunto com o fiscal do contrato, relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual;
- IV. Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo fiscal do contrato;
- V. Comunicar à gerência demandante dos serviços quando da necessidade de alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente;
- VI. Observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização do objeto contratual;
- VII. Solicitar rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da administração;
- VIII. Abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 6 (seis) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em



decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a administração;

- IX. Comunicar ao setor responsável, com a anuência da gerência demandante, e com antecedência mínima de 4 (quatro) meses do término contratual, da necessidade de prorrogação contratual, quando legalmente prevista, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- X. Submeter ao setor responsável, para as providências cabíveis, pleitos da contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XI. Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- XII. Notificar formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- XIII. Submeter os casos de inadimplementos contratuais à gerência demandante, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XIV. Coordenar pesquisas mercadológicas, a serem executadas pelo fiscal do contrato, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros, sempre que necessário;
- XV. Encaminhar para conhecimento e providências ao setor competente questões relevantes que, por motivos técnicos ou legais justificáveis, não puder solucionar;
- XVI. Formalizar todo e qualquer entendimento com a contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas das reuniões realizadas.
- XVII. Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos praticados no curso da execução contratual, agindo com transparência e probidade no desempenho de suas atividades.



XVIII. As atribuições descritas nos itens acima, são meramente exemplificativas, podendo ser adotadas outras relacionadas na legislação ou em ato administrativo posterior à assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- I. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. Fraudar na execução do contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Cometer fraude fiscal;
- VI. Não mantiver a proposta.

10.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Advertência por escrito nas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- II. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou/e seus anexos (penalidade Média);
- III. Suspensão do credenciamento de 03(três) a 20(vinte) dias (Penalidade Grave);
- IV. Cassação definitiva do credenciamento e extinção do contrato (Penalidade Gravíssima).

10.3. A Penalidade de advertência por escrito será aplicada no primeiro cometimento das infrações referidas na forma abaixo:

- I. Descumprir as diretrizes e normas previstas no Edital, neste contrato e na legislação pertinente.
- II. Utilizar, na execução do serviço contratado, veículos em desacordo com as características estabelecidas no Edital e seus anexos do credenciamento.



10.4 A penalidade de multa será aplicada em caso de ultrapassagem do limite de tempo de atendimento previsto no termo de referência do Edital de credenciamento, obedecendo o seguinte:

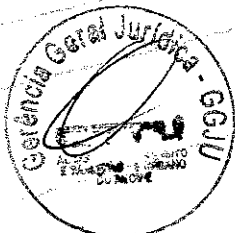
- I. Multa moratória de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela mensal projetada para a contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- II. Multa moratória de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela mensal projetada para a contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;
- III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- IV. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.5. A penalidade de suspensão do credenciamento de 03(três) a 20(vinte) dias deverá ser aplicada caso ocorra mais de 15% (quinze por cento) de atrasos no atendimento durante o mês, e/ou não comparecimento ao local indicado na ordem de serviço e nos termos do Edital.

- I. O período de suspensão será proporcional à natureza e a gravidade da falta cometida, a critério da Gerência Geral de Operação e Fiscalização -GGOF mediante decisão fundamentada.

10.6. A penalidade de cassação definitiva do credenciamento e extinção do contrato será aplicada na hipótese de ocorrência de mais de 20(vinte) dias de suspensão durante o credenciamento:

- I. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até dois anos;
- II. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;
- III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



IV. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

10.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES.

11.1. As infrações detectadas no decorrer da execução do objeto deste credenciamento deverão ser apuradas por meio de processo administrativo e penalizadas de acordo com o estabelecido a seguir;

11.2. São consideradas infrações de responsabilidade da CONTRATADA:

- I. Descumprir as diretrizes e normas previstas neste contrato e no credenciamento ou na legislação pertinente;
- II. Utilizar, na execução do serviço credenciado, de veículos em desacordo com as características estabelecidas no credenciamento e em seus Anexos.
- III. Descumprir os horários de execução do serviço, nos seguintes termos:
 - a) Extrapolar o prazo estipulado para atendimento das chamadas, que não poderá ultrapassar 40 (quarenta) minutos, quando houver comprometimento da fluidez e segurança;



b) Extrapolar o prazo estipulado para atendimento das chamadas, que não poderá ultrapassar 60 (sessenta) minutos para os demais casos.

IV. Não comparecer no local da ocorrência definido na ordem de serviço;

V. Saída de qualquer veículo do depósito, sem a correspondente autorização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO.

12.1. O processo administrativo punitivo será instaurado pela Gerência Geral Jurídica - GGJU, mediante autorização da Autoridade Superior, visando à apuração de irregularidades praticadas pelas empresas credenciadas, observado o princípio da ampla defesa e do contraditório.

12.2. Em caso de falta gravíssima ou de risco iminente de descontinuidade na prestação do serviço, a Gerência Geral de Operação e Fiscalização de Trânsito poderá, mediante decisão fundamentada, adotar providências acauteladoras, consistentes no afastamento da CONTRATADA, até a apuração da irregularidade que lhe for atribuída;

12.3. Dando continuidade ao processo administrativo punitivo, a Gerência Geral Jurídica - GGJU notificará a CONTRATADA a fim de que esta integre a lide, exercendo o contraditório e a ampla defesa;

12.4. Recebida a defesa, a Gerência Geral Jurídica - GGJU encaminhará os autos à Gerência Geral de Operação e Fiscalização de Trânsito para decisão;

12.5. Após o julgamento, a Gerência Geral Jurídica - GGJU notificará a empresa CONTRATADA da decisão, da qual caberá recurso à Autoridade Superior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REMOÇÃO DOS VEÍCULOS APREENDIDOS.

13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, para os serviços de remoção de veículos apreendidos pela CONTRATANTE, a quantidade de no mínimo 05 (cinco) veículos-reboque para atuação na cidade de Recife (04 Médios e 01 Pesado), sendo estes próprios ou agregados de terceiros, desde que, atendam às exigências do Termo de Referência.

13.2. A CONTRATADA deverá preencher o documento de recolhimento do veículo digitalmente, através do sistema de controle e gerenciamento em dispositivo móvel, especialmente acerca dos dados referentes ao veículo removido, seus acessórios e avarias, ao condutor/proprietário e à operação. Não havendo qualquer divergência a ser sanada, a CONTRATADA ficará responsável, a partir de então, pelo veículo e respectivos pertences.



13.3. Se por alguma hipótese o sistema e/ou o aparelho der algum tipo de defeito, a CONTRATADA deverá sempre ter à disposição um bloco de papéis do documento de recolhimento do veículo para preenchimento físico e posterior inserção dos dados no sistema assim que este estiver disponível.

13.4. A CONTRATADA deverá também providenciar na plataforma do dispositivo móvel o registro fotográfico do veículo, captando imagens, transferindo-as via internet móvel à Central de Operações e armazenando-as no sistema, antes de efetuar o transporte do veículo, fazendo vistas das imagens ao agente responsável da Contratante, de modo a evitar possíveis evasões ou inconsistências nas operações.

13.5. Deverá haver, no mínimo, uma foto de cada lado do veículo (frente com a placa (quando houver), traseira com a placa (quando houver), lado esquerdo e lado direito), número do motor (quando acessível), número do chassi (quando possível), interior do porta-malas e painel (principalmente dos acessórios acoplados como aparelhos de som e/ou imagem). No caso da verificação de avaria deve haver o registro fotográfico correspondente.

13.6. Deverá ser realizada vistoria no veículo, sempre que possível, com a presença de seu responsável, antes do recolhimento ao depósito, registrando-se os dados do veículo e relatando qualquer avaria existente.

13.7. Realizada a vistoria, o veículo será lacrado utilizando-se lacres controlados, autocolantes e numerados conforme padrão estabelecido pela CONTRATADA e aprovado pela Contratante, afixados nas portas, porta-malas, tampa do motor, tampa do tanque e qualquer outra parte vulnerável.

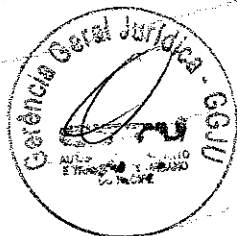
13.8. Os números de todos os lacres utilizados deverão ser registrados no documento gerado por ocasião da vistoria.

13.9. O veículo ficará sob responsabilidade e guarda da CONTRATADA no respectivo depósito, que adotará as medidas necessárias para sua conservação no estado em que o recebeu, salvo a deterioração natural por ação do tempo.

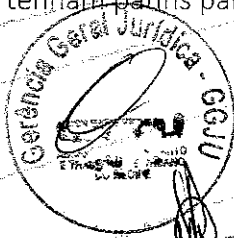
13.10. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas do veículo deverão permanecer junto ao mesmo, de preferência no seu interior.

13.11. O documento gerado por ocasião da vistoria do veículo na remoção ao depósito, onde constará obrigatoriamente a numeração do(s) lacre(s), as condições e dados identificadores do veículo, deverá alimentar o sistema informatizado de controle do depósito.

13.12. Os Veículos Reboque Deverão:



- I. Ser operado manualmente, através de alavancas ou de dispositivos eletrônicos localizados na parte traseira;
- II. Ser dotado da tecnologia "Global Position System" (GPS), ou equipamento similar, com controle da CONTRATADA através do seu Centro de Operações, para acompanhamento da movimentação de todos os veículos-reboque na área de abrangência, no intuito de minimizar falhas ou interrupções;
- III. Capacidade para remover simultaneamente 02 (dois) veículos; devidamente sinalizados e atendendo as exigências do CTB, quando necessário;
- IV. Ser movido a diesel, gasolina ou gás natural veicular;
- V. Ser dotado de dispositivo de iluminação intermitente com sistema de "leds", com lentes vermelhas;
- VI. Possuir rádio receptor/transmissor, ou equipamento similar, que permita a comunicação permanente e total, no intuito de minimizar falhas ou interrupções em toda a área de abrangência, ligando-se a Central de Operações da CONTRATADA;
- VII. Ser dotado de no mínimo de 05 (cinco) cones refletivos com altura de 70 cm, cores laranja e branca, sendo a branca em película refletiva grau técnico, para sinalização, conforme NBR 15071 ou outra legislação que substitua;
- VIII. Os veículos-reboque poderão ser caracterizados com a logomarca da CONTRATADA e com a identificação - "A Serviço da Autarquia CTTU";
- IX. Cabine equipada com bancos com encosto de cabeça e cintos de segurança para até 03 (três) ocupantes;
- X. Macaco com capacidade para 02 (duas) toneladas;
- XI. Sistema de patins ou similar, que permita a retirada do veículo do local estacionado;
- XII. Os veículos-reboque deverão ter condições de transportar, ainda, até 08 (oito) motocicletas, motonetas e/ou ciclomotores, simultaneamente, no próprio veículo ou em dispositivo que possa ser acoplado ao reboque;
- XIII. Os veículos-reboque tenham patins para efetuar a locomoção de carro estacionado na calçada;



- XIV. Os veículos-reboque deverão ter equipamento digital com flash automático e embutido, tela digital de cristal líquido com no mínimo 2,5 polegadas, 08 (oito) megapixels de resolução, zoom óptico de 3x (três vezes), bateria e com armazenamento em cartão de memória compatível (capacidade 512 Mb (quinhentos e doze megabytes) mínima de memória).
- XV. Possuir câmeras na cabine, na frente e nas laterais, para vídeo monitoramento on line;
- XVI. O equipamento com o qual o veículo-reboque for equipado deverá ter o Certificado de Segurança Veicular expedido pelo INMETRO e estar de acordo com os modelos abaixo:
- a) Lança hidráulica com dispositivo "asa delta";
 - b) Torre (cavalete);
 - c) Prancha (rampa);
 - d) Plataforma inclinada (tampa embutida e deslizante);
 - e) Veículo de reboque médio:
 - e.1) Capacidade de elevação da lança = 1.600 kg;
 - e.2) Comprimento da lança = 0,900 a 1.950 mm
 - e.3) Capacidade de arraste = 8.000 kg
- XVII. Veículo de reboque pesado:
- a) Capacidade de elevação da lança = 8.000 kg
 - b) Comprimento da lança = 0,900 a 1.950 mm
 - c) Capacidade de arraste com cabo simples = 8.000 kg
 - d) Capacidade de arraste com uso de moitão = 20.000 kg
- XVIII. Prancha (rampa):
- a) Capacidade de carga da plataforma = 3.500 kg
 - b) Capacidade de elevação da lança = 1.650 kg



c) Capacidade de arraste com cabos simples = 8.000 kg

XIX. Plataforma inclinável (rampa embutida e deslizante):

a) Capacidade de carga da plataforma = 3.500 kg

b) Capacidade de elevação da lança = 1.000 kg

c) Capacidade de arraste com cabos simples = 3.500 kg

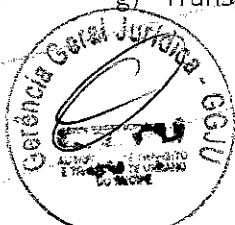
13.13. Os veículos-reboque atenderão as seguintes condições operacionais:

- I. Apresentados nos locais e horários previamente definidos, sempre que solicitados pela CONTRATANTE;
- II. Substituídos quando não apresentarem condições de segurança e conservação adequadas à norma de utilização;
- III. Substituídos em caso de enguiços ou acidentes, quando em serviço ou não;
- IV. Todas as despesas decorrentes da operação de remoção, guarda e manutenção, tais como: combustível, óleos lubrificantes, desgastes devido ao uso ou acidentes, substituição de peças e pneumáticos, consertos etc., serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- V. Todas as despesas referentes a seguro, multas, impostos, salários ou remuneração dos motoristas, encargos sociais, tributos federais, estaduais e municipais etc., incidentes sobre a concessão e permissão, ou dela decorrente, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- VI. Os veículos deverão estar sempre limpos e em perfeito estado de conservação, sendo apresentados sempre com o tanque de combustível preenchido com capacidade de efetuar as atividades no local e horário determinados;
- VII. A CONTRATADA terá responsabilidade por quaisquer atos praticados por seus motoristas e danos materiais e/ou pessoais, desde a colocação do guincho no veículo a ser removido do local da apreensão até a sua retirada do pátio de guarda e armazenamento.
- VIII. Os veículos-reboque, antes de serem incorporados ao efetivo de serviço, deverão ser vistoriados, de acordo com os procedimentos adotados pelo Estado para a prestação do serviço em local indicado pela CONTRATANTE.



13.14. Características Operacionais da Remoção de Veículos:

- I. Os serviços de remoção, através de veículos-reboque, serão executados mediante solicitação prévia dos Agentes designados pela CONTRATANTE.
- II. A remoção do veículo dar-se-á sempre por decisão e determinação do Agente designado pela CONTRATANTE, detentor das competências necessárias para tal, e uma vez lavrado o Auto de Infração, será iniciada a operação de remoção do veículo pela CONTRATADA sempre na presença do Agente e do condutor quando presente, observando-se as seguintes ações:
 - a) Vistoriar cuidadosamente o veículo apreendido, preenchendo o Auto de Retirada de veículo de Circulação, (ARVC) com os dados do veículo apreendido, seus acessórios e avarias;
 - b) Fotografar cuidadosamente o veículo de forma a registrar:
 - b.1) Diagonal frontal direita;
 - b.2) Diagonal traseira direita;
 - b.3) Danos existentes;
 - b.4) Placa de identificação;
 - b.5) Interior do porta-malas (quando possível);
 - b.6) Painel do veículo (quando possível)
 - c) Solicitar ao condutor do veículo apreendido, se presente ao ato de apreensão, que retire todos os seus pertences do interior do veículo;
 - d) Aplicar lacres nas aberturas do veículo apreendido, além de porta-luvas e aparelho de som, se houver, e anotá-los na ARVC;
 - e) Solicitar ao Agente da operação de apreensão e ao condutor do veículo, se presente ao ato de apreensão, que assinem a ARVC, juntamente com o funcionário da CONTRATADA responsável pela remoção;
 - f) Embarcar e fixar o veículo apreendido no veículo-reboque;
 - g) Transportar o veículo apreendido para o pátio de guarda e armazenamento;



- h) Ao final será entregue ao proprietário/conductor, se presente ao ato de apreensão, instruções em impresso para a retirada do veículo.
- III. A ARVC deverá identificar o veículo e a existência, ou não, de possíveis avarias, o que será determinante para apuração futura de responsabilidades.
- IV. As ações acima serão executadas conforme procedimentos próprios e deverão atender aos interesses da CONTRATANTE, da CONTRATADA e de terceiros.
- V. Os veículos-reboque deverão ser apresentados nos locais e horários previamente determinados pela CONTRATANTE, em boas condições de utilização, limpeza e higiene.
- VI. Os condutores dos veículos deverão ser habilitados e portarem todos os documentos obrigatórios: CNH - Carteira Nacional de Habilitação na categoria devida, de acordo com o Código de Trânsito, e CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, na forma da lei vigente, devidamente uniformizados e ostentando crachás de identificação com foto, nome da CONTRATADA e nome completo.
- VII. Os veículos-reboques que irão realizar a remoção dos veículos apreendidos ficarão à disposição nos dias úteis, finais de semana e feriados, por 24 horas, conforme horários estabelecidos pela CONTRATANTE.
- VIII. A remoção somente ocorrerá quando for acionado pela CONTRATANTE e na presença do seu Agente designado.
- IX. A CONTRATADA poderá executar outros serviços com os veículos-reboque, desde que não afete a demanda da CONTRATANTE e não seja utilizada qualquer identificação que o vincule com a CONTRATANTE.
- X. O veículo apreendido a ser removido deverá permanecer fechado, se possível, e lacrado em todas as suas aberturas;
- XI. Os veículos removidos para o pátio de guarda e armazenamento não poderão circular no seu interior, devendo sua remoção/ou transferência interna ocorrer com empilhadeiras adequadas para transporte de veículos; quando considerado necessário.
- XII. Semestralmente, ou quando considerado necessário pela Autarquia CONTRATANTE, os veículos tipo reboque, serão submetidos à vistoria, sendo a CONTRATADA notificada para apresentá-los para vistoria em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento da notificação.



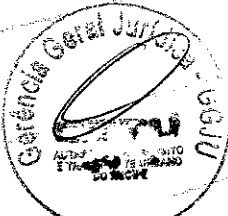
- XIII. Caso algum veículo necessite de reparos, manutenção ou revisão periódica, outro veículo similar deverá ser colocado à disposição pela CONTRATADA devendo este passar pela vistoria da CONTRATANTE.
- XIV. No caso de ser constatada irregularidade na documentação do veículo-reboque, em quaisquer das vistorias, que não possa ser solucionado pela CONTRATADA este será substituído por outro equivalente.
- XV. O abastecimento de combustível, óleo, lubrificantes e demais custos de consumo e manutenção (inclusive de lavagem dos veículos) serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- XVI. Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quaisquer danos e avarias que ocorram nos veículos apreendidos e rebocados, do momento da remoção até sua entrega ao proprietário, ao arrematante ou a CONTRATANTE no final do contrato.
- XVII. Ao final do período contratual, todos os veículos-reboque deverão ser apresentados descaracterizados e os adesivos autocolantes, disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser entregues a CONTRATANTE.

13.15. Guarda e Acautelamento dos Veículos Apreendidos:

- I. Área de terreno para a guarda e acautelamento dos veículos apreendidos, que atenda as operações e esteja localizado na cidade de Recife-PE, ou em municípios limítrofes e que possua área de, no mínimo, 15.000 m² – (quinze mil metros quadrados), sendo 1.000 m² de área coberta, e que tenha capacidade total para armazenamento de pelo menos 1.000 (um mil) veículos automotivos.
- II. O pátio de guarda e armazenamento deverá ser dividido em três áreas distintas: área de recepção e vistoria de veículos, área de armazenamento dos veículos, área de atendimento ao público e de administração.

13.16. Área de Recepção e Vistoria dos Veículos:

- I. Acesso único e exclusivo para a entrada e saída de veículos, com portão que seja fechado imediatamente após a passagem do veículo, evitando assim o acesso de pessoas não autorizadas;
- II. Iluminação adequada de forma a permitir uma perfeita vistoria nos veículos removidos;
- III. Espaço de acumulação para a chegada concomitante de, no mínimo, 02 (dois) veículos-reboque ao pátio de guarda e armazenamento.



13.17. Área de Armazenamento:

- I. A área deverá possuir terreno plano, podendo a mesma ser de concreto, asfalto, brita compactada, ou material similar resistente ao tipo do serviço, podendo ainda ser estruturado com 01 ou mais pavimentos, andares ou níveis, para que atenda a capacidade de armazenamento estipulado neste instrumento e no Termo de Referência, ter o contorno por muros de segurança, com cerca concertina galvanizada, ter uma iluminação adequada à segurança, ser monitorada 24 horas por dia através de CFTV, objetivando garantir a integridade dos veículos acautelados, dos funcionários e dos usuários.
- II. Área isolada das demais, por meio de cerca, de forma a se evitar a circulação de pessoas estranhas à operação;
- III. Terreno plano;
- IV. Pátio com vagas delimitadas, visando facilitar o controle dos veículos armazenados;
- V. Sistema de segurança apoiado em um Circuito Fechado de Televisão (CFTV), com gravação e armazenamento adequado das imagens por 30 dias, durante toda vigência do contrato;
- VI. Iluminação adequada à segurança;
- VII. Extintores de incêndio apropriados e disponibilizados em locais estratégicos.

13.18. Área de Atendimento ao Público e Administração:

- I. Acesso ao público, preferencialmente, independente da entrada de veículos;
- II. Fácil acesso e comodidade para o público interessado;
- III. Sala de recepção com capacidade de acomodação para até 15 (quinze) usuários e cuja instalação seja adequada à efetiva prestação dos serviços;
- IV. Área restrita aos funcionários para a administração do local;
- V. Área restrita para os funcionários da operação;
- VI. Iluminação proporcional à necessidade;
- VII. Banheiros femininos e masculinos;



- VIII. Bebedouro, ambiente térmico e, quando possível, uma TV de no mínimo 32 polegadas;
- IX. Infraestrutura de rede de dados (switch, cabeamento, servidor, roteador etc.) com acesso à Internet e ao sistema de cadastro de veículos do DETRAN/PE, a ser disponibilizado pela CONTRATADA a sala da CONTRATANTE;
- X. Computadores e impressoras;
- XI. Central telefônica;
- XII. Máquina copiadora de pequeno porte;
- XIII. sala mobiliada, climatizada e restrita ao gestor do contrato da CONTRATANTE, que desenvolverá suas atividades diárias.

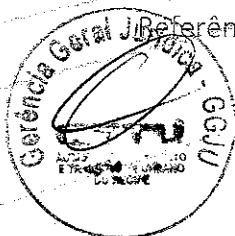
13.19. A Guarda e Acautelamento dos Veículos Apreendidos Deverão ter as Seguintes Características Operacionais:

- I. A guarda do veículo removido/apreendido consiste no seu monitoramento desde o momento do primeiro manuseio do veículo perante o Agente designado pela CONTRATANTE e seu proprietário, até sua liberação, devendo ser realizadas vistorias de avaliação do seu estado, por preposto designado pela CONTRATADA com preenchimento de formulários, nos momentos da remoção, do recebimento no pátio de guarda e armazenamento e na liberação do veículo, para atestar suas reais condições em cada momento, bem como suas características, avarias, componentes principais e acessórios.
- II. O local determinado para guarda e armazenamento dos veículos removidos deverá ser dotado de todas as condições necessárias para a perfeita execução do objeto contratual, bem como possuir um sistema de segurança apoiado por Circuito Interno de Televisão (CFTV), com gravação e com armazenamento adequado em até 30 dias das imagens armazenadas, durante toda vigência do contrato.
- III. A CONTRATADA na condição de administradora do pátio assume a condição de fiel depositária de todos os veículos que para o mesmo sejam removidos, durante o todo o período de permanência.
- IV. A CONTRATADA deverá garantir que o pátio de guarda e armazenamento esteja sempre em ótimas condições de limpeza e ordem.
- V. Os danos ou avarias de qualquer espécie, comprovadamente ocorridas nos veículos, durante os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser ressarcidos pela mesma



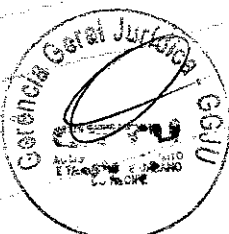
diretamente aos proprietários dos veículos, evitando quaisquer procedimentos administrativos e/ou judiciais.

- VI. Caso assim não ocorra e venha a CONTRATANTE ser responsabilizada, a título de indenização, devido a danos materiais ocorridos com os veículos removidos, por decisão judicial ou administrativa, será cobrado da CONTRATADA sem prejuízo das demais penalidades previstas no Contrato.
- VII. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso de representante CONTRATANTE às dependências e aos documentos do pátio de guarda e armazenamento, prestando todas as informações solicitadas.
- VIII. A CONTRATADA deverá comunicar, de imediato, à CONTRATANTE, fatos e informações relevantes caracterizados de desvio de conduta ou de indícios de irregularidades, referentes às remoções, ao pátio de guarda e armazenamento e demais serviços correlatos, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente, nos casos de ilícitos penais.
- IX. A CONTRATADA ao vincular ou contratar profissionais para exercerem atividades junto ao pátio de guarda e armazenamento, deverá observar as disposições legais, sendo vedada a participação de servidores da Administração Pública bem como de autoridades policiais, de trânsito e seus agentes.
- X. Não será permitida a subcontratação do local da guarda e armazenamento de veículos removidos/apreendidos.
- XI. A CONTRATADA poderá utilizar para o local da guarda e armazenamento de veículos removidos/apreendidos, pátio utilizado por qualquer órgão público, mediante convênio formalizado e/ou anuência prévia da CONTRATANTE, desde que seja garantido espaço para a guarda dos veículos removidos a pedido desta, conforme especificados neste instrumento e no termo de referência.
- XII. A CONTRATADA deverá apresentar, dentre os documentos de habilitação a área para a comissão de licitação, com as medidas mínimas estabelecidas para o pátio, que permitirá atender aos requisitos pré-determinados para a execução dos serviços objeto do contrato.
- XIII. A área deverá possuir terreno plano, podendo a mesma ser de concreto, asfalto, brita compactada, ou material similar resistente ao tipo do serviço, podendo ainda ser estruturado com 01 ou mais pavimentos, andares ou níveis, para que atenda a capacidade de armazenamento estipulado neste instrumento e no Termo de Referência, ter o contorno por muros de segurança, com cerca concertina galvanizada,



ter uma iluminação adequada à segurança, ser monitorada 24 horas por dia através de CFTV, objetivando garantir a integridade dos veículos acautelados, dos funcionários e dos usuários.

- XIV. A área deve permitir o recebimento e a circulação dos proprietários que retirarão seus veículos.
- XV. A área deve possuir iluminação e portaria com guarita de segurança para o perfeito controle de pessoas e patrimônio.
- XVI. A área deve estar localizada em região de fácil acesso, tendo em vista a área de abrangência do projeto e o acesso do público.
- XVII. A equipe da CONTRATADA que atua na recepção e na administração, deverá estar uniformizada e identificada com crachá.
- XVIII. A CONTRATADA deverá impedir que pessoas estranhas à operação tenham acesso ao interior do pátio e ao sistema informatizado de gestão.
- XIX. A CONTRATADA deverá fornecer uma solução completa e integrada de conectividade para permitir, se necessária, a integração de seu sistema de gestão de pátios com o sistema de banco de dados do DETRAN/PE, a ser disponibilizado pela CONTRATANTE.
- XX. A CONTRATADA disponibilizará uma equipe qualificada para a administração do pátio de guarda e armazenamento, recepção e orientação aos usuários, manipulação e guarda dos veículos sob sua responsabilidade, podendo subcontratar, após aprovação da CONTRATANTE, empresas especializadas em segurança e vigilância, serviços gerais e de reboques, não isentando a sua responsabilidade contratual.
- XXI. A CONTRATADA será responsável pelo controle de entrada e saída de veículos do seu Pátio.
- XXII. A liberação estará condicionada ao pagamento pelo proprietário, no Banco Arrecadador determinado pela CONTRATANTE dos impostos, taxas, tributos e multas, existentes, junto aos órgãos responsáveis, bem como obter o Ofício de Liberação do Veículo, junto a CONTRATANTE, para apresentar a CONTRATADA que deverá adotar procedimentos de conferência e certificação da autenticidade do documento, ou criar outros mecanismos de segurança via sistema informatizado, para liberação dos veículos apreendidos, em parceria com a CONTRATANTE. Após o pagamento do boleto emitido pela CONTRATADA para as despesas de remoção e estadias, correspondentes ao tempo de permanência no pátio, o veículo será liberado.



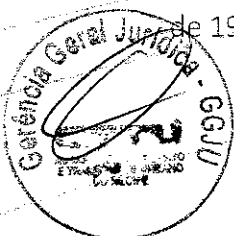
- XXIII. A CONTRATADA manterá especial vigilância nos acessos do Pátio, evitando que veículos sejam retirados sem as devidas autorizações, mesmo com emprego de força.
- XXIV. Após a restituição do veículo, a CONTRATADA arquivará (fisicamente e digitalmente no sistema de gestão), de forma segura, organizada e facilmente identificada, toda a documentação referente ao veículo restituído, repassando a CONTRATANTE quando por esta solicitada, e, ainda, ao final do contrato.
- XXV. O acesso do proprietário ou seu representante ao veículo removido e acautelado estará condicionado às seguintes situações:
- a) Liberação do veículo;
 - b) Retirada dos documentos pessoais;
 - c) Retirada dos documentos do veículo;
 - d) Retirada de objetos pessoais.
- XXVI. Nos casos em que o acesso ao veículo não seja para liberação, o proprietário deverá preencher e assinar uma declaração de abertura do veículo.
- XXVII. As divergências nas vistorias do veículo removido na entrada ou na saída do pátio, caso ocorram, serão devidamente descritas no Auto de Liberação e assinadas por todos que as constatarem.
- XXVIII. A CONTRATADA somente liberará o veículo depois de cumprida as exigências supracitadas.

13.20. A CONTRATANTE deverá ao final do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, retirar os veículos apreendidos remanescentes no pátio da CONTRATADA.

13.21. O pátio de guarda e acautelamento poderá ser compartilhado com outros órgãos públicos estaduais ou federais ligados à área de trânsito, desde que a capacidade de armazenamento prevista no item 5.1.10 seja assegurada pela CONTRATADA a CONTRATANTE.

13.22. Realizações de Leilões Públicos dos Bens Apreendidos e não Resgatados no Prazo Legal:

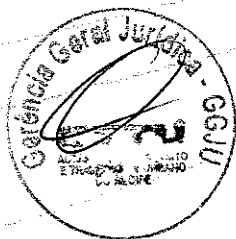
- I. O veículo não reclamado ou não regularizado, por seu proprietário no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data, inclusive, de remoção para o depósito, será levado a Leilão Público de acordo com o Artigo 328 da Lei N.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB),



- II. A CONTRATADA deverá formalizar a Autarquia a identificação do Agente Público, pertencente à categoria Agente Delegado, conforme classificação doutrinária do Direito Administrativo Brasileiro, capacitado para o exercício da função de Leiloeiro.
- III. O bem só será colocado a leilão após autorização formal pela CONTRATANTE, que apreciará a avaliação estipulada pela CONTRATADA do valor mínimo do veículo para a abertura do leilão na modalidade "maior oferta". Caso não logre sucesso na venda, a CONTRATANTE se reserva o direito de rever o valor para nova colocação em hasta pública.
- IV. A autorização citada no item anterior será decorrente da verificação da situação de cada veículo junto ao Órgão Executivo de Trânsito responsável pelo seu cadastramento quando será identificado qualquer impedimento.
- V. Caso seja identificado no levantamento realizado junto ao cadastro do veículo a existência de infrações de trânsito aplicadas por integrantes do Sistema Nacional de Trânsito diferente daquele de registro estadual do veículo, denominadas Multas RENAINF, o valor correspondente será divulgado e informado ao arrematante a obrigatoriedade da sua quitação independente do lance vencedor.
- VI. Caberá a CONTRATADA desenvolver todos os procedimentos legais de abertura do Processo Administrativo, aplicação dos Editais para encaminhamento dos veículos a leilão, disponibilizando espaços físicos adequados para apresentação ao público interessado no arremate dos veículos.
- VII. Ficará a cargo da CONTRATADA com a participação da CONTRATANTE, a elaboração da Planilha de Débitos Existentes onde constarão todos os tributos, taxas, despesas de remoção e diárias de pátio, e multas detalhadas cabíveis ao veículo.
- VIII. A CONTRATADA notificará na forma, periodicidade e quantidade previstas na Resolução nº. 623/2016 do – CONTRAN, aquele que figurar como proprietário do veículo cadastrado na Base Nacional de Veículos mantida sob responsabilidade da Autoridade de Trânsito Estadual e, concomitantemente, o agente financeiro, arrendatário do bem, entidade credora ou aquela que tenha se sub-rogado nos direitos do veículo.
- IX. Não será necessária a formulação de convite aos leilões por tratar-se de evento público, todavia a CONTRATADA divulgará por meio eletrônico no site da CONTRATANTE e em mídias impressas e faladas da capital, com antecedência, as datas previstas para os certames, o volume dos bens disponibilizados e se houver a necessidade de qualificação prévia por meio de inscrição ou outros critérios.



- X. No caso de veículos com restrição judicial ou policial, a autoridade responsável pela restrição deverá ser notificada, o que implica ciência de que o veículo poderá ser lavado a leilão caso não seja regularizado e liberado, no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto no art.328, parágrafo 14 e 15 do CTB.
- XI. As atividades do leiloeiro serão comissionadas em 5% (cinco por cento) sobre o valor do arremate, a ser pago pelo arrematante.
- XII. O rateio do valor apurado com a venda do veículo será utilizado para a quitação dos débitos existentes seguindo os critérios elencados na Resolução n.º 623/2016 do CONTRAN.
- XIII. Existindo um crédito ou débito após as quitações realizadas utilizando-se o valor apurado, a CONTRATADA deverá atender os critérios elencados na Resolução n.º 623 do CONTRAN.
- XIV. No caso da inexistência de interessados no lote colocado em hasta pública, não sendo logrado êxito por três vezes consecutivas ou alternadas, o veículo será avaliado por Comissão designada pela CONTRATANTE, para a classificação do bem como sucata que comporá os próximos lotes a serem leiloados nesta nova condição.
- XV. A CONTRATANTE providenciará junto ao Órgão Estadual Executivo de Trânsito a abertura do processo administrativo de baixa do veículo classificado como sucata ficando a cargo da CONTRATADA as providências de recorte do chassi que contenha a identificação e o recolhimento das placas de identificação veicular.
- XVI. A CONTRATADA em apoio e por solicitação da CONTRATANTE, poderá prestar serviços de administração de convênios de cooperação técnica, junto a empresas especializadas em serviços de tratamento, destinação e descarte adequados, sob o aspecto ambiental, usando as técnicas prévias de descontaminação de acordo com a legislação vigente em território nacional e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos veículos em estado de fim de vida ou de sucata, na área de abrangência dos serviços, ou no depósito destinado a guarda e acautelamento dos veículos, esgotados todos os trâmites legais para a localização e responsabilização dos proprietários, incluindo-se as etapas de hasta pública.
- XVII. Os custos decorrentes dos serviços de descontaminação serão classificados como despesas efetuadas com o leilão e serão ressarcidos de acordo com a cronologia estabelecida na Resolução n.º 623/2016 do CONTRAN.



- XVIII. Conceitua-se como serviços de descontaminação a separação dos diferentes materiais que compõem o veículo classificado como sucata, a saber: metais, derivados de petróleo, óleos minerais, vidros, componentes eletrônicos, entre outros.
- XIX. Por ocasião do leilão, os valores arrecadados com a venda do veículo deverão ser destinados à quitação dos débitos existentes sobre o prontuário desse veículo, obedecida a seguinte ordem, conforme a Resolução 623/2016 de 14 do – CONTRAN:
- XX. A Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dispõe em seu art. 328, §6º a ordem de destinação dos valores arrecadados, a qual deverá ser obedecida pela CONTRATADA, onde:
- XXI. Os valores arrecadados em leilão deverão ser utilizados para custeio da realização do leilão, dividindo-se os custos entre os veículos arrematados, proporcionalmente ao valor da arrematação, e destinando-se os valores remanescentes, na seguinte ordem, para:
- a) As despesas com remoção e estadia;
 - b) Os tributos vinculados ao veículo, na forma do § 10; Art.328 do CTB.
 - c) os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);
 - d) As multas devidas ao órgão ou à entidade responsável pelo leilão;
 - e) As demais multas devidas aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, segundo a ordem cronológica; e
 - f) Os demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.
- XXII. Quitados os débitos previstos nos incisos I a III Do parágrafo sexto, desta cláusula e havendo saldo, este será destinado aos que tiverem créditos sobre o veículo, desde que se habilitem nos termos desta Resolução, obedecida a ordem cronológica de habilitação.

13.23. Gestão Integrada e Informatizada, e do Sistema de Leilão On-Line e Presencial e Sistema de Atendimento ao Usuário:

- a) A CONTRATADA deverá implantar, operar e gerenciar um sistema informatizado, apoiado em banco de dados, para a gestão integrada dos processos envolvendo os



veículos apreendidos/ removidos para o seu pátio, com todas as funcionalidades detalhadas no item 9 do Termo e Referência.

b) A CONTRATADA deverá fornecer e manter toda a infraestrutura tecnológica e humana necessária à operação e administração, tais como, rede de dados, equipamentos para acesso à Internet, equipamentos de informática e licenças de software, assim como recursos humanos tanto para a operação do seu sistema de gestão de pátio como para o suporte a prestação dos serviços de organização e administração de leilão.

c) A Rede de Dados Deverá Permitir, Através da Internet que:

c.1) A CONTRATANTE possa ter acesso ao sistema de gestão de pátio da CONTRATADA;

c.2) A CONTRATADA tenha acesso aos dados cadastrais dos veículos armazenados nos bancos de dados do DETRAN/PE.

13.24. O sistema de gestão de pátio, de propriedade ou alugado pela CONTRATADA deverá suportar todas as atividades de cadastramento e armazenamento do veículo removido, tais como: dados do Termo do Auto de Retirada de Veículos de Circulação (ARVC), fotos dos veículos no momento da apreensão e da entrada no pátio, dados dos proprietários dos veículos, relatórios operacionais e gerenciais que permitam o acompanhamento de todas as etapas do processo, desde a remoção até a entrega do veículo, assim como do estoque de veículos acautelados.

13.25. A CONTRATADA proverá todos os equipamentos necessários ao suporte da área administrativa e operacional.

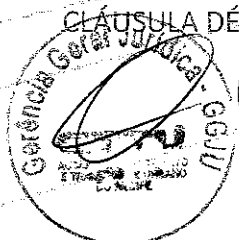
13.26. Todos os dados relativos ao veículo apreendido/removido, suas fotos e dados da restituição, deverão constar no sistema de gestão de pátio da CONTRATADA.

13.27. O Sistema de Leilão online deverá permitir que de forma simultânea ocorra o Leilão também na forma presencial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE.

14.1. O reajustamento dos preços dos serviços ocorrerá anualmente, nos termos do disposto no Art. 4º, Parágrafo Único, da Lei Municipal que "dispõe sobre o preço do serviço devido pela remoção e recolhimento de veículos por descumprimento das normas do Código de Trânsito Brasileiro - CFB e da legislação municipal, revoga a LEI Nº 16.828/2002 e dá outras providências", Lei nº 18.438/2017 de 20/12/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



15.1. Considerando que a empresa CONTRATADA será remunerada através do pagamento dos preços-públicos relativos às remoções e diárias de guarda de veículos, bem como pelos leilões a serem realizados, mostra-se desnecessária a indicação de dotação orçamentária, dada a inexistência de despesa pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS DE RESCISÃO.

16.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a prévia defesa e observadas as disposições da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das penalidades determinadas neste instrumento e no credenciamento.

16.2. O término do Credenciamento 001/2021 ou o descredenciamento da contratante, por qualquer motivo, implicará na rescisão unilateral e automática e imediata deste contato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO.

17.1. O presente instrumento contratual é decorrente do Credenciamento nº 001/2022, homologado pela Diretora-Presidente em 21 de fevereiro de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS DOCUMENTOS.

18.1. Fazem parte integrante deste Contrato, independente de transcrição os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes: Edital e seus anexos do Credenciamento nº 001/2022 - CPL/CTTU e a Proposta Adjudicada da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PREVENÇÃO E COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO.

19.1. A CONTRATADA autoriza o acesso irrestrito da Administração às contas, registros e demais documentos relacionados à apresentação da proposta e à execução do contrato, incluindo as informações fiscais e bancárias dos signatários do contrato, nos termos da Lei Municipal nº 17.765/12;

19.2. As informações obtidas em conformidade com o disposto no item anterior serão utilizadas apenas para fins de fiscalização acerca da regular execução contratual, vedada sua divulgação para qualquer outro fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO.

20.1. Além da Lei 8.666/93 e as condições ora estabelecidas, o presente instrumento está, ainda, submetido às disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil, no que couber, especialmente no que concerne aos prazos, garantias e responsabilidade civil.



20.3. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca do Recife/PE para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato e que não possam ser resolvidas amigavelmente.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e subscrevem, ficando registrado em livro próprio da Gerência Jurídica da CONTRATANTE, conforme dispõe a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Recife, 20 de abril de 2022.

Pela CONTRATANTE:

TACIANA MARIA FERREIRA
Diretora-Presidente

ARISTEIA VIEGAS SANTANA
Gerente Geral Administrativa e Financeira

Pela CONTRATADA:

FRANCISCO DE PAULA DOMINGUES PORTO FILHO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Helgand O. do Nascimento
Nome:
CPF/MF nº:

Thais Contes Contes
Nome:
CPF/MF nº:

